DOURO – Estudos & Documentos, vol. VII (14), 2002 (4º), 147-163

Teresa Soeiro *
Lúcia Rosas *
Natália Fauvrelle **

O Património vernacular construído do Alto Douro Vinhateiro: ritmos e valores

O património vernacular construído, tal como está internacionalmente definido (p.e. Carta do Património Construído Vernacular, ICOMOS, Out. 1999), é a expressão fundamental da cultura de uma colectividade na sua relação com um meio natural, geradora de uma paisagem humanizada com referentes físicos e idiossincraticamente apreendida.

Território e património formam assim um binómio indissociável, já que a condição patrimonial de cada elemento reside na sua relação com um contexto territorial e histórico concreto, que o tornam singular e significativo. Mas se o território é suporte físico do património, vai também sendo moldado pelas práticas culturais, sejam elas actividades de subsistência, representações sociais ou marcações simbólicas.

A diversidade das formas de adaptação e apropriação dos recursos por parte dos grupos sociais, implicando controlo e transformação da Natureza, apesar de sujeitos aos constrangimentos ecológicos e técnicos, estão essencialmente subordinados a estratégias de produção e reprodução do grupo, que construirá um património vernacular próprio, variável no tempo e segundo o papel social dos autores. Enquanto se mantém vivo, este património necessita de mudar e de se adaptar constantemente para continuar a responder às necessidades sociais, sob pena de ser abandonado por obsoleto ou mesmo eliminado por recordar vivências menos dignificadoras.

Pelo contrário, a vontade de sobrevalorização de alguns bens, tidos por antigos e originais, para fins de patrimonialização, conduz frequentemente à des-

* Faculdade de Letras do Porto/GEHVID.
** GEHVID.

contextualização, com subsequente perda da riqueza polissémica própria da sua razão de existir.

O reconhecimento da qualidade do património construído, que na nova lei portuguesa competirá aos sucessivos círculos do poder, do central até ao local, nem por isso deixará de ser uma construção social, em busca de referentes culturais passíveis de serem assumidos como elementos de diferenciação e coesão, capazes de representar simbolicamente uma identidade.

A tentação de atribuir ao património uma condição atemporal e ahistórica contraria a natureza sistémica e mutante da cultura, que não se pode conservar estática, mas sim preservar através da transmissão do conhecimento e da informação sobre a diversidade de soluções conseguidas no devir pela capacidade humana de aprender, acumulando e inovando.

No Alto Douro Vinhateiro a acção antrópica sobre o meio foi intensa em muitas épocas, criando *habitats* particulares, também eles sucessivamente refeitos até chegarmos, nos meados do século XX, a uma paisagem construída intensamente modificada, única na sua extrema modelação do terreno, para suporte das culturas de vinha e oliveira. Fruto do labor do Homem, com recurso a uma tecnologia assaz limitada, a construção de centenas de quilómetros de socalcos dá a esta paisagem uma forma singular, sublinhada pelos tapetes de vinha, que os preenchem, acompanhando as contorcidas e apertadas curvas de nível.

Original no país e com raras equivalências no mundo, este titânico labor é um caso ímpar e exemplar da capacidade do trabalho e do engenho para domesticar ambientes hostis. Mas a impressiva e quase monocultura da vinha, que dá identidade à região duriense, não deve encobrir a diversidade das situações naturais e sociais que aquela abriga.

Dos povoados de pequenos cultivadores, com as construções adjectivas dispersas pelo vinhedo, aos de jornaleiros, ambos com as suas cuidadas hortas, das casas de lavoura às quintas, pode ir uma assinalável disparidade, como a há, bem visível, no percurso desde o Baixo Corgo, de povoamento menos concentrado onde pontuam múltiplos solares, às grandes e isoladas unidades de produção do Cima Corgo, entre núcleos de habitação concentrada, ou às mais homogéneas aldeias do Douro Superior, onde a exploração comercial do vinho chegou tarde, deixando ainda ver grandes manchas de olival e permitindo recordar as culturas de cereal ou mesmo do sumagre.

Este património construído e cognitivo, na riqueza da sua diversidade, não deixa de configurar uma identidade duriense, sentida e reclamada pela população local e reconhecida pelo mundo, que cada vez mais precisa de ser assumida, por todos e cada um, num permanente exercício de cidadania, que será a melhor protecção para esta paisagem cultural, de sedimentada elaboração e intenso pulsar de vida.

*
* *

Ao cruzar os dados obtidos no nosso trabalho de campo, realizado no âmbito da preparação da candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial, com os de outras equipas que colaboram na referida candidatura, verificou-se que havia bastante coincidência na definição de grandes unidades de paisagem, cinco no total, com vincadas diferenciações quanto ao património vernacular construído:

Extremadouro, que corresponde à área onde a influência atlântica mais se faz sentir e também a proximidade com a paisagem granítica do Entre-Douro-e-Minho. A maior abundância de água, a profundidade dos solos, os testemunhos da cultura do milho com a sua peculiar arquitectura, a multitude das parcelas cultivadas, as pequenas manchas de mata no limite de lugares reforçam esta semelhança, que se estende também à característica de ser esta a área que apresenta o povoamento mais disperso no Alto Douro Vinhateiro. De ocupação vinhateira antiga, valorizada pela proximidade em relação ao Porto e a Lamego, esta paisagem está pontuada por solares e casas nobres sete e oitocentistas, ao gosto do Entre-Douro-e-Minho, que contrastam com um grande número de pequenos aglomerados populares, com construção de pouca qualidade mas que deixam a impressão de uma grande dinâmica endógena de renovação.

Os lugares do concelho de Mesão Frio e da parte ocidental da freguesia de Lobrigos são os melhores exemplos desta paisagem dispersa que o *Numeramento* de 1530 já caracterizara como sendo «*de povoaçam apartados huns dos outros em quintas e casaes, e tem muito pouquos logares*». Mesmo as sedes de freguesia, como Cidadelhe ou S. João de Lobrigos, são aglomerados pouco estruturados como tal, onde cada elemento se impõe por si próprio, casas solarengas e igreja, de grande qualidade, evidenciando uma prolongada acumulação de riqueza e prestígio. As quintas reflectem este tipo de ocupação intensiva, apresentando habitações de programa erudito e estruturas de produção ligeiramente afastadas da casa nuclear, de menor qualidade construtiva, como é exemplo a Quinta do Paço de Cidadelhe.

Cidadelhe, sede de freguesia, é prolongada sem maiores descontinuidades para Sudoeste pelo lugar de Outeiro, e para Nascente pelos de Eira Pedrinha de Cima e de Baixo. Formando uma ocupação laxa, as construções distribuem-se ao longo da principal rua, respeitando sensivelmente uma curva de nível alta que acompanha o desenho enconchado da cabeceira do vale de um pequeno ribeiro, subsidiário do Seromenha, francamente aberto ao Douro. Em dois altos que marcam as extremidades deste percurso ficam a igreja, por um lado, e o solar da Quinta do Paço, por outro. Ao centro preside o imponente solar da Quinta do Côto e por trás dele o alto do castro proto-histórico, com a sua capela de S. Gonçalo.

Cidadelhe. Mesão Frio

A característica mais notória desta povoação é a dispersão das construções, com manchas verdes intermédias, e a sua focalização em alguns elementos de grande afirmação e qualidade de programa construtivo, com os quais contrastam as comuns casas de habitação, erguidas em xisto, rebocado e pintado, que atingem bastante altura e se apertam nas poucas cangostas do centro da povoação, junto do qual também ficam os serviços públicos e um escassíssimo comércio. Outras, com mais espaço e maior pretensão, voltam as suas varandas e pátios para a rua principal.

A igreja, dedicada a S. Vicente, está isolada, sobranceira, e desenvolve um programa ao gosto barroco, o que a data de 1724 confirma, embora a torre sineira adossada aparente ser posterior.

À face da rua principal, a Casa do Terreiro, com a data 1782 na base de uma pilastra de canto, é um edifício de grandes dimensões, de planta quadrangular, sendo a fachada principal a mais erudita. Para trás, desenhando um pátio central, ficam as dependências de produção e os armazéns, em cuja construção predomina o xisto.

A unidade de paisagem designada Corgo/Varosa desenvolve-se em torno do eixo criado por estes dois afluentes do Douro, que, por sua vez, é acompanhado pela rede viária, antiga e recente. Sobre este eixo ficam as cidades de Vila Real/Régua/Lamego. É, pois, a unidade de maior influência urbana e aquela

em que deparamos com povoados de apenas uma fiada de casas, que se estendem à margem das estradas e dos velhos caminhos, murados e calcetados, que se dirigiam ao Douro. Outros, de maior dimensão, implantados sobre os acentuados declives das margens destes afluentes do Douro, desenvolveram uma malha apertada de ruelas e escadas para vencer as ladeiras, o que se reflecte também na diferente cércea de cada construção, que pode chegar a atingir 4 ou 5 pisos para o lado do maior pendor.

O xisto, pouco resistente, partido em pedra miúda, «lousinha», colocada voltando para o exterior a superfície de clivagem, aparece nos altos embasamentos maciços e nos pisos térreos, quase sempre rebocado para ganhar maior resistência. Aqui se instalam pequenos lagares, armazéns e tulhas, e se alojavam os animais de trabalho e tiro.

Para os pisos altos, de habitação, dá-se preferência a materiais mais leves, como o tabique, também rebocado e pintado, cuja protecção pode ainda ser acrescida pelo recobrimento com escama de ardósia ou outras aplicações isolantes. Nesta área começamos a ver estes sobrados altos formarem ressalto sobre os caminhos, apoiados nas pontas salientes dos barrotes do soalho, ampliando o espaço de habitação sem necessitar de um maior lote de solo, sempre escasso nestes povoados apinhados, encostados a ladeiras íngremes, rodeados por terras agricolamente muito valorizadas. O sobrado pode, por outro lado, prolongar-se e abrir-se ao exterior recorrendo às grandes varandas de madeira que ocupam toda uma fachada com boa exposição solar, essencial quando cumprem a função de sequeiros. Em casas mais elaboradas e recentes, o tabique pode servir ainda para a construção de trapeiras. As paredes caiam-se ou pintam-se de cores claras berrantes, muitas vezes rematadas por rodapé e molduras dos vãos marcados com faixas escuras. Alvações do Corgo ou Vila Maior (S. João de Lobrigos) na margem Norte, e, com maior clareza, o bem preservado lugar de Rio Bom (Cambres), a Sul do Douro, exemplificam os povoados desta unidade.

As explorações agrícolas apresentam dimensões médias, sendo o centro da quinta a casa com as diferentes dependências destinadas à produção – lagares, adega, lagar de azeite. A paisagem é fortemente geometrizada pela compartimentação das parcelas de vinha entre bordaduras de oliveira e pela armação do terreno em largos socalcos com muros de xisto ou, agora cada vez mais, em patamares com taludes de terra ou vinha «ao alto», acompanhando as linhas de maior declive. Algumas das propriedades são de fundação antiga, como as quintas da Pacheca e do Paço do Monsul (Cambres), propriedades inicialmente foreiras ao Mosteiro de Salzedas.

De entre os lugares estudados pertencentes ao concelho de Lamego, Rio Bom é seguramente o de maiores dimensões e aquele que apresenta uma estrutura mais ela-

Rio Bom. Cambres, Lamego

borada. Tinha, na primeira metade de Novecentos, pouco menos de quinhentos habitantes.

Localiza-se na cabeceira do rio Bom, que lhe deu o nome, em cota média/baixa, plenamente aberto ao Douro, ocupando o núcleo mais antigo a margem esquerda daquela linha de água.

Apertado entre o leito do rio e a encosta de declive acentuado, o povoado organiza-se em redor de uma rua estreita paralela ao rio, com transversais que muitas vezes são escadas ou cangostas quase intransitáveis.

A capela, dedicada a S. Roque, a meio do aglomerado, mostra um programa ao gosto barroco, utilizando o granito nas molduras dos vãos, nos cunhais e nas cornijas, e apresentando as paredes caiadas de branco com rodapé negro. No interior, cujo pavimento e lambril de azulejos foram reformados há 15 anos, um retábulo ao gosto neoclássico guarda as imagens de S. Roque, S. José e de um Menino de vestir, recentemente repintadas em Braga. As construções são, na larga maioria, edifícios bastante altos. O piso térreo, construído em xisto, serve para armazém, com grandes portaladas para a rua. Sobre ele ergue-se um ou vários sobrados, aos quais se acede por escada exterior. Para estes preferem-se materiais leves, tabiques rebocados e pintados. Salientes sobre a rua, que não estorvam por serem altos, os sobrados alargam-se em varanda alpendrada fechada, apoiada nas pontas salientes dos barrotes do soalho, por vezes ainda escorados por travessas que se firmam no paramento do piso inferior. Para Nascente, muitos sobrados prolongam-se em varandas de madeira a todo o correr da fachada.

As datações epigrafadas em algumas destas construções remetem-nos para meados do século XVIII.

Este é um lugar bem estruturado, com identidade e vida própria, ainda não demasiado transformado, que tem o maior conjunto de construções vernaculares deste tipo por nós visionado, pelo que seria urgente obviar a maiores perdas e à degradação que já se faz sentir em áreas periféricas e, ainda mais, em alguns lugares próximos pertencentes à mesma freguesia, que poderão constituir péssimo exemplo para o futuro deste conjunto com interesse patrimonial.

A unidade de paisagem Ceira/Távora acompanha o Douro, subindo a encosta declivosa, não se estendendo a mancha pelos vales dos afluentes. Os aglomerados nestas cotas médias/baixas são muito pouco numerosos, bem representados pelas sedes e únicos lugares de duas freguesias ribeirinhas, Covelinhas e Folgosa, outrora unidas por uma importante travessia do Douro, sendo a primeira também local de acostagem para a navegação ao longo do veio. Em cota baixa, estes povoados, que respondem às necessidades do trânsito fluvial, apresentam uma malha urbana menos apertada e íngreme do que os da área anterior, atingindo também as construções, de xisto, menor altura. Em ambos a respectiva igreja paroquial preside, em ponto elevado, enquanto a capela do Senhor da Boa Passagem, à beira-rio, protegeria a travessia.

Marmelal, sobre o vale do Tedo, numa cota mais elevada, afastando-se da margem do Douro, configura uma situação diferente, que voltaremos a encontrar para montante, e a que o antes mencionado documento quinhentista designa por *aldeias* ou *lugares separados*. Estamos já numa área de ocupação concentrada, em que grandes e incómodas distâncias se interpõem entre os povoados, ilhas isoladas num mar de vinhedos. Por isso as construções adjectivas, de apoio à lavoura, se espalham na paisagem para estarem próximas das propriedades de cada um, outro tanto acontecendo com os armazéns, localizados fora dos lugares, sobre as estradas e caminhos de descida para os cais de embarque.

Este isolamento dos lugares acentua a sua personalidade e autonomia e desenvolve funções que esperaríamos apenas existissem nas sedes de paróquia, como seja a disponibilização dos serviços religiosos regulares e a presença de cemitério.

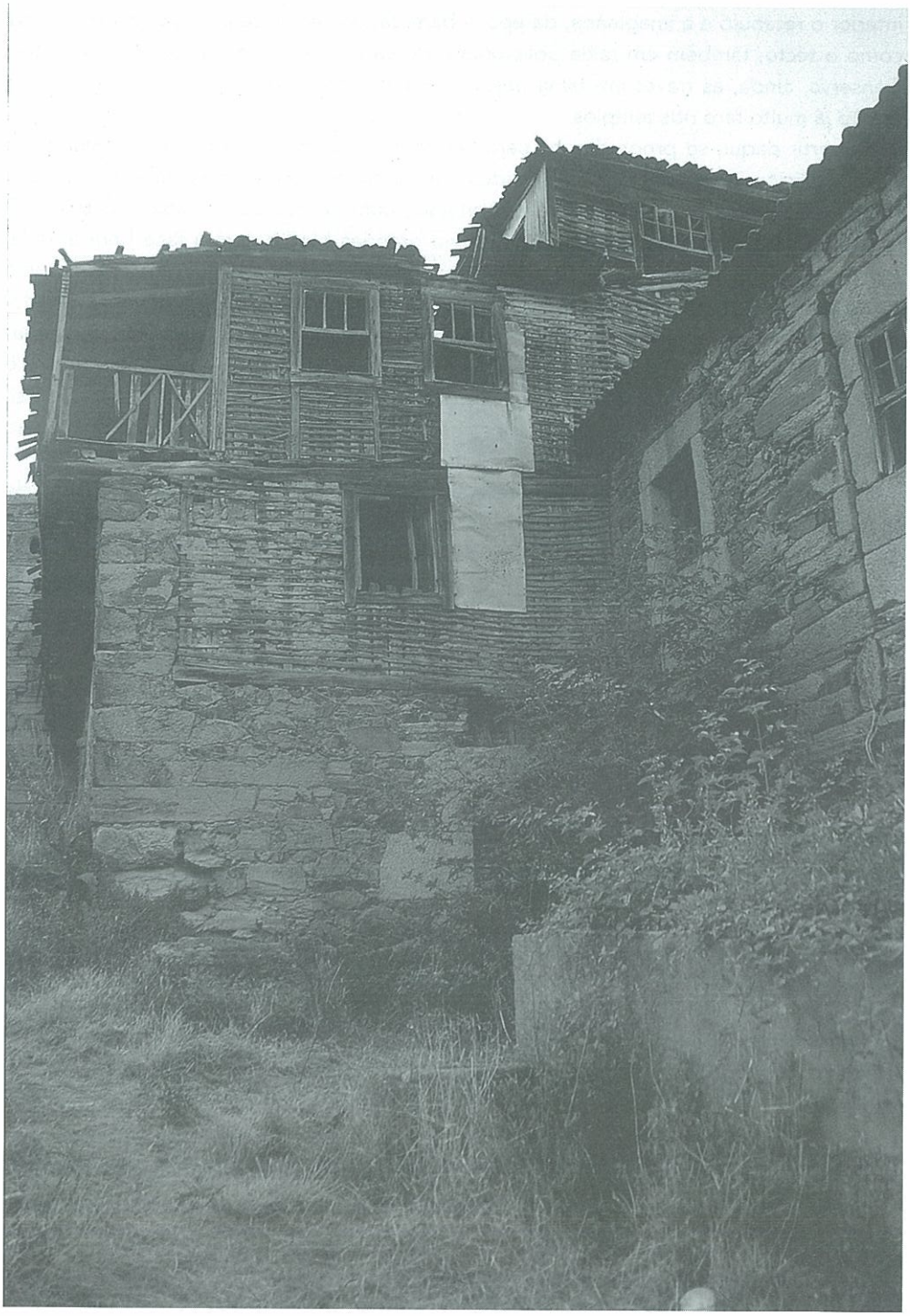
Se olharmos para os materiais de construção, a nota mais saliente será a presença de xistos duros, que podem ser cortados em grandes blocos e trabalhados como pedra de cantaria.

A partir desta unidade de paisagem entramos na área em que a monocultura da vinha é mais visível, muito embora restem algumas bordaduras de olival ou amendoal, pequenos laranjais nas margens dos rios e manchas de mata. As quintas apresentam maiores dimensões relativamente à unidade anterior, tendendo a concentrar várias estruturas produtivas que permitiam a subsitência dos seus habitantes, dada a escassez de povoados nas encostas voltadas ao Douro. Há igualmente uma nítida separação de espaços de produção e de habitação, procurando-se inclusive diferentes localizações dentro da quinta, como são exemplo a quinta dos Frades (Folgosa) ou a quinta dos Murças (Covelinhas).

No final do século XII D. Sancho I dá carta de foral à vila de Marmelal. O *Numeramento* de 1527 chama-lhe lugar separado, e este continua a ser o único lugar da freguesia, além de Vila Seca, a sede, que lhe fica bastante distante, já na transição para a montanha. Durante a primeira metade do século XX tinha cerca de duzentos vizinhos, hoje serão metade. É um aglomerado compacto, em cota média/alta das íngremes vertentes da margem esquerda do rio Tedo.

Para quem percorre a difícil estrada que sobe desde Folgosa, na margem do Douro, o lugar anuncia-se por um pequeno cemitério isolado, ao lado do qual se passa bem antes de chegar ao âmago da povoação, o largo da preciosa igreja da Senhora das Neves. Uma relativa autonomia da vida comunitária e paroquial parece ainda resistir, imposta ou salvaguardada pela distância que a separa de Vila Seca.

Este templo situa-se em pequeno largo, algo declivoso, e apresenta uma arquitectura de muito difícil datação, já que repete um modelo glosado desde o século XVI. No



Marmelal. Vila Seca, Armamar

interior o retábulo e a imaginária, da época barroca, destacam-se pela sua qualidade, tal como o tecto, também em talha polícroma e de caixotões, onde figuram vários santos. Conserva, ainda, as traves em talha destinadas à colocação de candeias de azeite, elemento já muito raro nos templos.

A partir daqui, se progredirmos para Sul, vemos, ao longo da rua, um conjunto de casas tradicionais, térreas ou com grandes portais no piso térreo, destinado à produção e armazenamento, e um sobrado de habitação, com acesso por escadaria exterior. O material utilizado é o xisto, duro, cortado em grandes blocos com a face bem alisada, tendencialmente colocado em fiadas regulares, que se vê preterido nas molduras dos vão e em alguns cunhais por blocos de granito de cantaria. O tabique surge em alguns andares superiores ou varandas salientes, acrescentando o espaço do sobrado. Exemplar excepcional, no extremo do lugar, é uma construção onde funcionou um lagar mecânico de azeite (o de sistema antigo, de vara, estava em casa térrea no meio das habitações), que apresenta varanda de madeira saliente e três sobrados construídos com recurso ao tabique de fasquio.

Se da igreja descermos em direcção ao Tedo, onde havia grandes moagens de cereal, vemos outro bairro, de características idênticas, também com algumas datas epigrafadas de final de Setecentos e primeiras décadas de Oitocentos, razoavelmente bem preservado.

Pinhão/Torto é a unidade a que se associam as quintas mais emblemáticas do Douro, como a do Noval ou de Roriz, e também o grande investimento feito pelas empresas no século XX. Muito atingida pela filoxera, que levou à penúria alguns povoados e a que a terra mudasse de mãos, permitindo concentrações, nesta área coexistem grandes extensões de terraços pré-filoxéricos e pós-filoxéricos, lado a lado com as novas formas de armação do terreno. As quintas conservam as estruturas que permitiam a auto-suficiência, não só alimentar mas de apoio à actividade agrícola, sendo frequente a existência de forja, de latoaria, de tanoaria, etc. As capelas apresentam muitas vezes um uso semi-público, pois algumas destas explorações encontram-se a grande distância da sede de paróquia.

Na perspectiva do património construído vernacular temos de distinguir nesta unidade uma área a Norte, junto do limite da mancha, transição para o planalto, onde dois aglomerados se distinguem pela qualidade e boa preservação. Celeirós, sede de freguesia, denota a presença antiga de populações com fartos recursos económicos, patentes em programas construtivos públicos e privados de sabor erudito, empregando materiais de qualidade, com relevância para o granito lavrado. Paradelinha é apenas lugar, fica a pouca distância, e organiza-se numa rede de ruas e ruelas, com os seus largos, à face dos quais foram erguidas sólidas construções sobradadas, de maior ou menor prosápia, mas sempre com qualidade, sublinhada pela utilização sistemática de grandes silhares de granito de grão fino.

À medida que descemos para o Douro, os povoados com que deparamos são de programa mais pobre, registando grandes flutuações de população/dimensão ao sabor da conjuntura. Com as dificuldades inerentes à sua posição em fortes pendentes, as construções são em xisto, de considerável altura, continuando a utilizar o tabique, leve e próprio para os sobrados de habitação, com o qual também se fazem as grandes varandas salientes, alpendradas e fechadas. Nestas zonas mais quentes a caiação estende-se muitas vezes ao telhado, cobrindo-o integralmente ou apenas em faixas, correspondentes aos barrotes da armação que o suportam.

Caso excepcional é Foz-Tua, o último grande porto para a navegação ao longo do rio até à abertura da passagem no Cachão e mesmo posteriormente, dadas as limitações impostas à tonelagem dos barcos a partir deste local. Em 1721 este lugar foi descrito assim: «*tem mais de 80 armazens em que muita gente deste Concelho e Provincia fas grandes negocios, em todo o genero de fazendas... por cuja causa, sem embargo do mao e callidissimo sitio, existem nelle todo o anno muito numero de pessoas a fazer negocio*». O património construído reflecte esta função, assinalando-se a presença de grandes armazéns, alguns deles construções de qualidade. Por outro lado, o próprio autor citado tem o cuidado de ressalvar a implantação insalubre do lugar, tão pouco vulgar ela era.

Esta sua vocação de entreposto, com armazéns e uma população apinhada na borda da água, veio, com a construção da via-férrea paralela ao rio, pouco distante deste, a ser reforçada, até por aqui ter lugar o entroncamento da linha do Tua e estar sediado um centro de manutenção das vias.

Foz Tua é um aglomerado urbano ribeirinho, cuja função inicial era a de entreposto comercial, limite da navegação do Douro. Daqui irradiavam as mercadorias para Trás-os--Montes e Beiras. Em sentido inverso, a esta povoação recolhiam vinhos e azeites da Região com destino ao Porto. A posterior implantação do caminho-de-ferro, compreendendo o entroncamento com a linha do Tua, reforçou esta vocação.

Apresenta um povoamento compacto, suportado por patamares entre o rio Douro e a linha do comboio, alargando-se a malha urbana na área de menor inclinação, voltada à foz do Tua. Neste local os arruamentos apresentam um traçado menos rectilíneo, desenvolvendo-se à volta da capela de Nossa Senhora da Guia. É aqui que se encontra o núcleo habitacional mais antigo, caracterizado por calçadas de acentuado pendor, faceadas por casas com pequenos logradouros. Predomina a construção térrea, de xisto e tabique, caiada e com rodapé em tons escuros. Neste mesmo núcleo é de destacar uma casa de habitação construída na década de 60 do século XX, que utiliza os mesmo materiais, com cunhais e molduras de vãos em granito, mimetizando as boas técnicas de construção da Região.

Entre este núcleo e a estação do Tua, desenvolve-se a malha urbana mais recente, que envolveu alguns antigos armazéns. A construção habitacional é genericamente de menor qualidade, utilizando materiais mais modernos, que possibilitam cérceas conside-

ravelmente mais altas, o que contribui para escurecer as artérias, já de si estreitas e insalubres. Duas chaminés fabris, em tijolo, assinalam a existência de uma unidade industrial de panificação, entretanto transferida para local mais próximo da estação, fora do alcance das cheias.

A estação ferroviária é um nó regional, o que garante uma considerável animação e presença humana. Associado a esta, ainda que algo afastado para nascente, está implantado o bairro destinado a habitação dos trabalhadores. Como é habitual, apresenta uma arquitectura própria das edificações promovidas pela CP.

A cota mais baixa, junto às margens dos rios, é ocupada por pomares e hortas.

A unidade de paisagem designada Tua/Sabor é a mais extensa. As formações geológicas ganham aqui uma diversidade significativa, surgindo manchas graníticas em alternância com os xistos. Fora das demarcações setecentistas, durante séculos impossibilitadas de contactar directamente com o litoral por o rio não ser navegável, estas terras tiveram um percurso histórico bastante diferente, a que não foi estranha também a proximidade da fronteira. A exploração intensiva da vinha chega aqui tarde, sobretudo depois da filoxera ter atacado as regiões produtoras tradicionais. O olival e o amendoal ganham uma expressão mais significativa, juntando-se-lhes outrora o cereal, que deu origem a um aglomerado de características muito particulares, Cortes da Veiga.

Os povoados sede de freguesia afastam-se do rio, ficando na sua maior parte em cotas altas, fora da mancha. Na zona ribeirinha temos duas situações-tipo. Por um lado, vemos os núcleos que cresceram para apoio ao comércio que percorria o rio, e depois a via-férrea, como o Pocinho. Por outro, verificamos que junto do rio há outro tipo de lugares, que nos parecem vinculados com os caminhos Norte/Sul e os pontos de travessia em barca. Numa zona de escassa pressão populacional e, até há pouco, fora das preferências das grandes empresas vinhateiras, estas povoações, com as suas construções baixas em bom xisto e em granito, estão razoavelmente conservadas, mantendo estruturas que documentam outras famosas produções durienses, em relação às quais a população preserva uma preciosa memória do saber-fazer. Podem ser exemplo Vale de Figueira e Arnozelo (Numão).

As quintas, de grandes dimensões, implantam-se preferencialmente junto ao rio Douro, local de fácil escoamento da produção quer por comboio, quer por barco. É junto a estas vias que se erguem armazéns de grandes dimensões. A casa de habitação e restantes estruturas de apoio, de programa arquitectónico vernacular, situam-se em cota um pouco mais elevada, procurando afastar-se das zonas ribeirinhas, pouco salubres durante o Verão.

Arnozelo é uma povoação sobranceira ao Douro, desenvolvida à margem de um velho caminho que da serra descia a uma antiga barca de passagem.

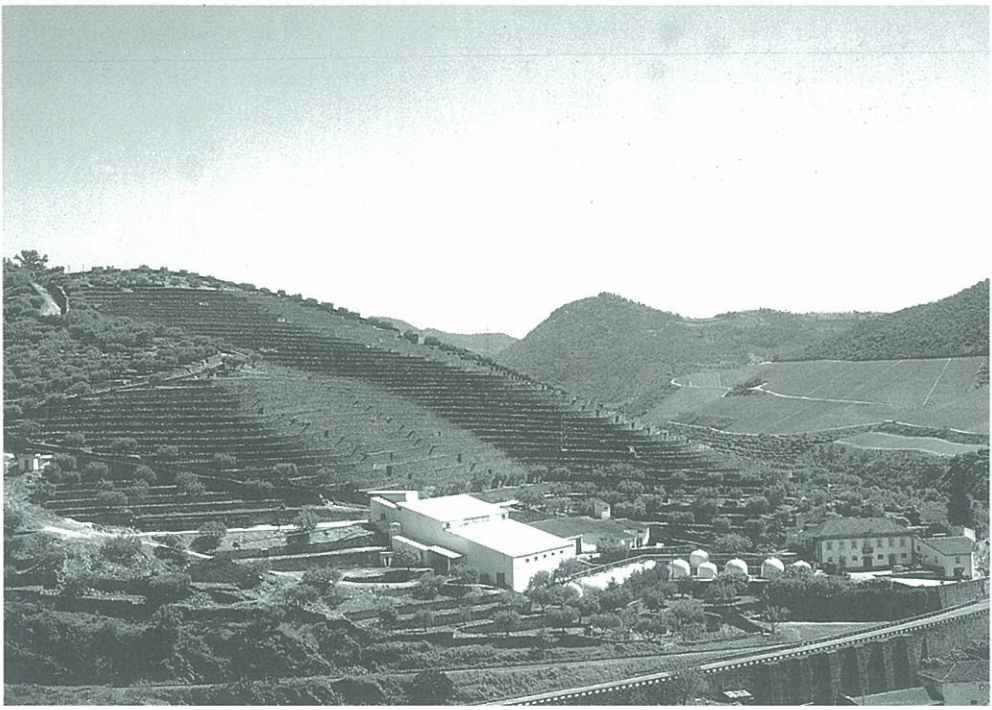
Arnozelo. Numão, Vila Nova de Foz Côa

A malha urbana densa denota um crescimento sedimentado e harmónico desta povoação, onde pontuam casos de construções datadas ou com inscrições que reportam aos séculos XVII e XVIII. As habitações são térreas ou de um sobrado, recebendo neste caso escada lateral voltada para a rua, aproveitando-se o vão inferior para armazenamento, dando superiormente acesso a uma varanda. O aparato mais recente das habitações deve-se essencialmente à utilização de novos materiais nos acabamentos e revestimentos, mantendo embora, em muitos casos, a estrutura anterior.

Dentro das estruturas de produção, lagares de vinho e azeite integram-se na malha urbana, apresentando por vezes construção bem dimensionada, executada em granito de técnica apurada.

Os materiais utilizados na habitação e nas estruturas de produção são predominantemente a madeira e o granito, este por vezes tratado com boa técnica.

Sendo Arnozelo apenas um lugar da freguesia de Numão, o facto de ter sacramentos e cemitério atesta a antiguidade da ocupação e a importância da sua população. Junto ao cemitério está a capela anteriormente dedicada a Nossa Senhora da Ribeira, hoje com invocação de Santa Catarina. Depois da demolição da capela de Nossa Senhora da Ribeira da quinta do Arnozelo, os retábulos e imagens que lhe pertenciam teriam sido para aqui transferidos. Muito recentemente, em terreno periférico à malha urbana, foi construída uma nova igreja, agora dedicada a Nossa Senhora da Ribeira, na qual se veneram algumas das imagens provenientes da actual capela de Santa Catarina.



Foz-Tua. Carrazeda de Ansiães

Esta última igreja, que em nada se integra na povoação, não só por lhe ser periférica como pelo tipo de construção, volumetria, acabamentos, etc., pode constituir um mau exemplo que, a ser mimetizado e dar origem a um novo núcleo habitacional, desfiguraria completamente o antigo lugar.

*

* *

Em sintonia com a nova lei portuguesa relativa à Protecção e Valorização do Património Cultural (Lei 107/2001), também o património vernacular do Alto Douro Vinhateiro deve acolher como forma básica de identificação e protecção dos bens a inventariação. Inventariar é indispensável para conhecer e saber eleger, dando lugar a uma criteriosa escolha de casos a abranger pelas duas formas normativas de protecção, a saber: o registo patrimonial de inventário, que abarcará a generalidade dos casos, e o registo patrimonial de classificação, aplicável aos bens considerados de excelência para cada um dos patamares definidos (municipal, regional e nacional).

Segundo a mesma lei, todos os bens que integram o património cultural deverão reflectir valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. No caso do Alto Douro Vinhateiro, se o valor de memória não será difícil de avalizar, já a antiguidade e raridade reflectem uma visão economicista, que faz do escasso e antigo um bem raro, e por isso com os inerentes riscos de sobrevalorização, alienando o seu significado cultural no conjunto. A autenticidade, como valor ainda mais abstracto e muito discutido, recomenda prudência na aplicação, já que a diversidade das expressões culturais é a essência do vernacular, onde simplicidade, honestidade e pragmatismo se aliam à necessidade de responder aos quesitos da vida quotidiana, através da adaptação a novas circunstâncias, nem por isso matando a criatividade e originalidade. Uma atenção crítica particular deverá ser votada a situações em que com elementos verdadeiros retirados de contexto se constróem falsos, geradores de maiores equívocos quando estes se procuram legitimar por incluírem aqueles referentes culturais. Ou ainda aos casos em que o popular é uma construção mimética concebida pela erudição.

A maior singularidade do Alto Douro Vinhateiro é, sem dúvida, a totalidade da paisagem construída, mais do que cada elemento tomado de *per si*, ainda que nestes possamos distinguir casos privilegiados que, na impossibilidade de tudo preservar, sirvam de paradigmas para a evocação metonímica de realidades em algum momento mais vastas e complexas. Para eles poderão ser elaborados processos de classificação individualizados, procedimento que ficaria sempre em aberto, nos dois sentidos, para acolher a dinâmica cultural que tanto poderá levar a incluir novos itens, como a eliminar algum dos anteriormente considerados.

A diversidade dentro do Alto Douro Vinhateiro deveria ser uma riqueza a preservar. Ela não só reflecte a variedade de condições ecológicas e históricas da região, que estão actualmente a ser pressionadas no sentido da uniformização, como acolhe uma grande variedade de património construído, tecnológico e imaterial, por vezes único, muito fragilizado na sua transmissão por essa onda igualizadora, que lhe retira prestígio e função.

O aumento de qualidade de vida das populações envolvidas, para níveis que incentivem a sua permanência e dignidade, é um caminho unívoco para a preservação dos saberes e práticas grupais. Encurraladas entre, por um lado a industrialização da agricultura, da construção, etc., e o apelo à (e)migração, e por outro a inoperância das práticas e meios de produção tradicionais no mercado, a desvalorização dos saberes não escolarizados e a desarticulação e envelhecimento do grupo social, estas populações podem desenvolver uma baixa auto-estima colectiva, muitas vezes chegando a envergonhar-se da sua cultura e mundividências, procurando mais escondê-las do que transmiti-las às novas gerações.

O estudo de formas, materiais, técnicas de construção e vias de transmissão deste conhecimento será primordial para fundamentar alguns critérios de avaliação, mas também para programar intervenções de valorização e definir normas para novas implantações e edificações. Devendo ter em conta toda a área do Alto Douro Vinhateiro, e mesmo a área tampão, a Região Demarcada, este estudo facultará, aos municípios e a outras entidades com poder de decisão sobre a matéria, informação fundamentada, a ser vertida para as regulamentações aplicáveis na área específica que tutelam, sem trair a concepção de conjunto.

Garantir a disponibilização do material de construção tradicional torna-se fundamental para a preservação do património vernacular, por forma a que às dificuldades de resistir ao facilitismo e à standartização modernizadora, não venham a juntar-se custos demasiado acrescidos pela utilização de materiais pouco comuns hoje em dia, excessivamente escassos e inflaccionados.

Igualmente fundamental será assegurar a transmissão do saber fazer, criando, aos vários níveis, novas gerações de técnicos que aprendam e compreendam as práticas tradicionais. A sensibilização dos profissionais que já estão instalados é também indispensável, dada a implantação e capacidade para formar opinião que muitos possuem.

Na legislação nacional que regula muitas das actividades de alguma forma relacionadas com o património vernacular há normas que, a serem integralmente cumpridas, matariam formas tradicionais de viver e trabalhar, conviver e festejar, sem criar para as populações alternativas que signifiquem melhoria da sua qualidade de vida, pelo que se recomendaria uma aturada reflexão sobre estas situações.

Incentivos fiscais e financeiros para a preservação do património construído e sua envolvente paisagística, nomeadamente do que venha a ser classificado, bem como incentivos para a transmissão de conhecimentos em actividades profissionais tradicionais poderiam levar a um maior envolvimento da população, tantas vezes envelhecida e economicamente depauperada, neste processo de preservação do património.

O diálogo entre população, proprietários e todos os agentes regionais envolvidos torna-se indispensável para o sucesso de qualquer projecto, até porque muito do património material e, sobretudo, quase todo o imaterial pertence, de forma inalienável, aos primeiros. Esta situação não implica a indisponibilidade desse património para a fruição pública, apenas obriga a que o mesmo e os seus detentores sejam alvo do respeito, como indivíduos e como grupos sociais. A promoção do turismo cultural não pode redundar em prejuízo do património promovido e das populações locais.

As tarefas fundamentais de conhecer, proteger e valorizar este património, que abrange uma dilatada área, a directamente classificada como Património

Mundial (e em Dezembro deste ano de 2001 chegou a boa nova) e a que lhe serve de tampão, toda a Região Demarcada, abrem para o Douro um caminho em que muitos depositam subida esperança, necessitado de uma gestão esclarecida e onde não pode haver lugar para bairrismos provincianos. Tornar-se-á também num teste exigente para os técnicos, que terão aqui de inventar formas de patrimonializar um bem em constante mutação, um território habitado por milhares de pessoas (infelizmente cada vez menos) e onde se cria uma riqueza ímpar, exportada para todo o mundo, o vinho generoso.

O visitante que nunca antes percorreu o Alto Douro Vinhateiro e só agora desperta para esta realidade singular tem à sua espera uma experiência de grande impacto, pois esta original paisagem representará por si só um corte com o seu quotidiano, o mergulho num mundo apelativo com um forte sentido de lugar, onde é fácil evocar uma complexa história de séculos e sentir a extrema capacidade do esforço humano para transformar um território e se ir dialecticamente adaptando a ele. É evidente que ainda faltam muitos serviços e apoios que desenvolverão as conhecidas ou novas formas de mediação com os públicos, de acolhimento, de interpretação, de qualificação e sinalização de itinerários, de divulgação, de animação, etc. Mais do que isso, esperamos que antes disso, será necessária muita investigação científica e outro tanto de conservação, de planeamento e afinação de estratégias, de envolvimento da população. E não esqueçamos que o património vernacular construído, tema desta comunicação, é apenas uma parcela, ainda que de grande visibilidade e impacte físico e social, da totalidade do bem, o Alto Douro Vinhateiro.